



Número: **0800031-79.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **02/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ACELMIR CARLOS DOS SANTOS (AUTOR)		GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18894486	04/08/2021 11:29	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1.ª Vara Cível da Comarca de Teresina
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0800031-79.2020.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ACELMIR CARLOS DOS SANTOS
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Relatório:

Vistos.

Cuida-se de Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT proposta por **ACELMIR CARLOS DOS SANTOS** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, ambos devidamente qualificados. Na exordial, a parte autora alega que em 01/10/2018 sofreu um acidente automobilístico que lhe causou lesões prolaptraumáticas e trouxe sequelas permanentes, configurando-se o direito ao recebimento do seguro. Aduz que requereu o pagamento administrativo, todavia, teve sua pretensão rejeitada. Requer, ao final, a condenação da parte ré no pagamento de indenização e demais condenações de praxe.

Petição inicial e documentos de Id 7756469.

Por meio do despacho de Id 7820179 foi concedido ao autor os benefícios da justiça gratuita e determinada a citação da parte ré.

Citada, a parte ré apresentou contestação arguindo inúmeras preliminares. No mérito, alegou que não foi demonstrado administrativamente a real ocorrência da lesão. Requereu, ao final, o julgamento improcedente da demanda.

Contestação e documentos de Id 9864600.

Instada a se manifestar, a parte autora apresentou réplica, rebatendo os argumentos de defesa e reiterando os pedidos formulados na inicial (Id 10492629). Em decisão saneadora foram rejeitadas as preliminares arguidas e nomeado perito médico (Id 10670437).

Laudo pericial apresentado pelo profissional nomeado por este juízo, tendo as partes apresentado suas respectivas manifestações (Id 17873111, 18119211 e 18769842).

Suficientemente relatado, decido.

Fundamentação:

De acordo com o art. 355, I, CPC, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença quando não houver necessidade de produção de outras provas. É o caso dos autos.

A matéria envolvida na presente lide diz respeito unicamente ao suposto direito do autor de ser indenizado pelo acidente que sofreu, não havendo mais provas a se produzir ou discussão sobre fatos que já não estejam comprovados documentalente.

Pretende a parte autora o recebimento do seguro obrigatório DPVAT ao argumento de que no dia 01/10/2018 sofreu acidente causado por veículo automotor e que o



sinistro gerou-lhe enfermidade permanente.

As ações indenizatórias de seguro DPVAT dependem unicamente da prova do acidente e do dano decorrente, conforme expressamente prevê o art. 5.º da Lei n.º 6.194/74. Assim, necessário a apresentação em juízo de uma certa documentação essencial, qual seja: boletim de ocorrência, laudo do IML e documentos de identidade. Conforme já assinalado na decisão saneadora, em que pese não haver laudo do IML, fora realizada perícia judicial, donde se pode concluir como certo a ocorrência de um acidente e um dano sofrido pelo autor.

O que se discute no presente caso é acerca da possibilidade, ou não, de pagamento de indenização de acordo com o grau de invalidez e qual seria o percentual a ser aplicado.

Sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela me afigura correta, considerado que o art. 3.º, § 1.º, I e II da Lei n.º 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei n.º 11.482/2007, que converteu a Medida Provisória n.º 340/2006, e pela Lei 11.945/2009.

O perito nomeado por este juízo **constatou limitação de 25% na amplitude de movimento do tornozelo esquerdo (Id 17873111)**, a qual se aplica o limite de 25% da importância segurada ("*Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo*") do valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme a tabela estabelecida na Lei n.º 11.945/09.

Como mencionado, tendo em conta que a perícia informou um grau de debilidade leve de 25% resulta, destarte, uma indenização no montante de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, devendo ser este o valor a ser pago a título de indenização em favor da parte autora, tendo em vista que a perícia foi realizada por médico profissional com capacidade técnica para tal, devendo ser considerada prova válida para auferir o grau de lesão do requerente.

Soma-se ao fato de as partes não terem impugnado a prova pericial. Nesse sentido, **HOMOLOGO o laudo pericial de Id 17873111** em todos os seus termos. A indenização em favor da parte autora deverá ser paga com correção monetária a partir da data do evento danoso (Súmula 580, STJ) e juros de mora da citação inicial, com base em critérios fixados na regulamentação específica do seguro, na forma do art. 5.º, § 7.º, Lei n.º 6194/74 e Súmula 426, STJ.

Dispositivo:

Diante do exposto, **julgo procedente** os pedidos formulados na exordial para condenar a seguradora requerida no pagamento da indenização a autora no valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, com incidência juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação inicial, e atualização monetária, calculada com base na tabela da CGJ/TJ, a partir da data do evento danoso, ou seja, do acidente, na forma da Súmula 580, do STJ (01/10/2018).

Custas pela parte ré. Condeno-a, ainda, em honorários sucumbenciais, que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

TERESINA-PI, 4 de agosto de 2021.

Francisco João Damasceno
Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível da Comarca de Teresina

